
**LIMITES E CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO EM MICHAEL PORTER:
POSSIBILIDADES EM OMAR AKTOUF E MILTON SANTOS**

COSTA, César Renato Ferreira da¹
BOEHS, Carlos Gabriel Eggert²
HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João³

Recebido em: 2015.06.18**Aprovado em:** 2016.04.29**ISSUE DOI:** 10.3738/1982.2278.1506

RESUMO: Desenvolvimento, no campo dos estudos/práticas organizacionais, tem se articulado como um conceito/ação fundamental atualmente. Tomado em função do paradigma dominante, propõe um objetivo ampliado: estabelecer referência para a aproximação da atividade produtiva das corporações com a sociedade. Assim, a partir da confrontação teórica crítica (BOURDÉ; MARTIN, 1983; HOBBSAWM, 1998) buscou-se analisar o tema, enquanto articulação ideológica, baseada no pensamento de Michael Porter pela ênfase desenvolvimentista, em contraposição com as ideias de Aktouf (2004) e Santos (2010) identificando então implicações, limites e contradições deste modelo hegemônico. Tais considerações tornam premente a necessidade de que, se de fato, existe uma nova preocupação, capaz de redirecionar o conceito de desenvolvimento, como está apregoada em ações sociais e ambientais, tanto em empresas, quanto em arestas da sociedade, não pode estar atrelada às premissas do modelo de competitividade dominante.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Paradigma dominante. Michael Porter.

**CONTRADICTIONS AND LIMITS OF DEVELOPMENT IN MICHAEL PORTER:
POSSIBILITIES IN OMAR AKTOUF AND MILTON SANTOS**

SUMMARY: Development in the field organizational of studies/practices, has been articulated as a key concept/action currently. Taken as a function of the dominant paradigm, proposes an expanded goal: to establish reference for approaching the productive activity of corporations to society. Thus, from the theoretical critical confrontation (BOURDE; MARTIN, 1983; HOBBSAWM, 1998) we attempted to analyze the theme, while ideological articulation, based on the thought of Michael Porter for developmental emphasis, in contrast with the ideas of Aktouf (2004) and Santos (2010) so identifying implications, limitations and contradictions of the hegemonic model. Such considerations make urgent the need, if indeed, there is a new concern, able to redirect the concept of development, as is proclaimed in social and environmental actions, both in companies and in edges of society, can not be tied to dominant assumptions of the competitive model.

Keywords: Development. Dominant paradigma. Michael Porter.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento, na forma como é encarado no contexto socioeconômico e no campo acadêmico, se articula na modernidade como um conceito fundamental. Tomado em função do paradigma dominante instalado pelo pensamento administrativo, eminentemente funcionalista, é incorporado no

¹ Professor Adjunto na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Campus Irati/PR. Doutorado em Administração pela Universidade Positivo/UP. Mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá / UEM.

² Doutorado em Administração pela Universidade Positivo/UP. Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Paraná/UFPR.

³ Professor Adjunto na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Campus Irati/PR. Doutorado em Administração pela Universidade Positivo/UP. Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Paraná/UFPR.

discurso do “Management” (VIZEU, 2008) como um objetivo maior; determinar a referência para a aproximação da atividade corporativa com a sociedade em uma perspectiva mais ampla.

Neste sentido, um importante articulador desta aproximação no mundo da gestão corporativa é Michael Porter, em sua obra “A Vantagem Competitiva das Nações”, publicada em 1989, entre outras. Neste livro, o autor refere-se às corporações do capital como sendo o vetor responsável por conduzir o desenvolvimento econômico das nações como um todo, orientadas pela lógica neoliberal capitalista dominante. Para Porter (1989), a sociedade avança com desenvolvimento, promovido pelo avanço competitivo das organizações econômicas, sendo que as mesmas se fortalecem com aplicação de estratégias baseadas em aumento da competitividade e da produtividade.

A visão porteriana que consolida uma teoria dominante, de origem norte-americana, tem como justificativa fundamental a promoção do desenvolvimento das nações, de forma análoga às corporações nos Estados Unidos da América, “Estado forte” (SANTOS, 2002) responsável por tal processo na esfera global. Historicamente, esta visão de hegemonia econômica no âmbito global tem origem no final da Segunda Grande Guerra Mundial, momento histórico no qual se articulou a ideologia que garantiu o imperialismo econômico dos Estados Unidos no bloco capitalista, instituído conceitualmente pela “Guerra Fria”. Essa ideologia foi instrumentalizada com planos de ação elaborados em países ditos desenvolvidos, como por exemplo, o Plano Marshall (HUBERMAN, 1981; ARAÚJO, 1988), e se projetaram especialmente após o discurso de Harry Truman, presidente americano, no ano de 1947. Conhecida pela denominação “Doutrina Truman”, foi implantada com o objetivo de dar consistência ao posicionamento do capitalismo mundial, em contraposição ao socialismo crescente no bloco comunista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Rússia), que pretendia cooptar países da Europa do leste, de origem capitalista, mas à época fragilizados pelas intermináveis agressões sofridas em tempos de guerra. Basicamente a proposta doutrinária procurava consolidar a ideologia desenvolvimentista, essencialmente de natureza econômica (SEIFERT; VIZEU, 2011). Este ambiente era necessário para fortalecer a posição econômica norte americana em relação ao resto do mundo.

Uma reorganização desta posição mundial na década de 1980, conduzida por Michael Porter, foi orientada por uma trilogia de obras do teórico: *Estratégia Competitiva* em 1980, *Vantagem Competitiva* em 1985 e *Vantagem Competitiva das Nações* em 1989 (CARNEIRO, *et al.*, 1997). O conceito de estratégia corporativa que envolvia tais referências resultava na manutenção da política econômica norte americana. Não por coincidência, nestes anos iniciais da década de 1980, se descerrou um movimento globalizante em torno do planeta. Um processo global que ideologicamente pretendia modular de forma equilibrada o mercado mundial, acaba por potencializar a capacidade econômica dos Estados Unidos, quando relacionada com o restante do planeta.

Contudo, esta abordagem de desenvolvimento baseada na competitividade e produtividade, na visão de alguns cientistas sociais ligados ao campo de estudos organizacionais, como Aktouf (2004) e Santos (2010), não é capaz de promover o crescimento uniforme de toda a população mundial. No próprio discurso de Truman, como informa Esteva (2010), se desvela um contraditório contundente que faz referência a uma ação que detenha o aumento do “mundo subdesenvolvido”. O “novo” termo posiciona à época praticamente dois bilhões de habitantes mundiais a uma condição de subjugação, nesta nova postura econômica. Esta noção de desenvolvimento das nações, defendida por Truman, e operacionalizada pelo modelo porteriano, parece ainda segmentar o planeta entre aqueles que têm capacidade e recursos de competitividade, caracterizados como “desenvolvidos”, e outros relegados à submissão eterna dessas estruturas de dominação, alinhados pelo discurso como “subdesenvolvidos”. Na interpretação de Santos (2010), há nessa postura a divisão do planeta em dois hemisférios, sendo o Norte com poder econômico, e o Sul eternamente condenado ao subdesenvolvimento inaugurado em 1947, pelo modelo americano

de Truman.

Há contradições neste modelo de desenvolvimento, que se contrapõem a outras propostas mais recentes de desenvolvimento humano, como por exemplo, a apresentada por Amartya Sen, que defende um “Desenvolvimento pela Liberdade” (SEN, 2001). Conteúdos desta ordem parecem muito mais compatíveis com o desenvolvimento considerado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. A filosofia global desta organização poderia ter sido acompanhada por Truman, contribuindo de forma determinante com a ideia de evolução global, já que Estados Unidos faziam parte das Nações Unidas, e sua inspiração emerge apenas um ano antes do seu discurso sobre desenvolvimento para o planeta.

Considerando os pressupostos de que Desenvolvimento representa uma articulação ideológica, baseada no pensamento de Michael Porter pela ênfase desenvolvimentista, este ensaio teórico tem como propósito central discutir o Desenvolvimento proposto pelo Estado Americano do Norte, enquanto sistema dominante, especialmente na base orientadora determinada pelo pensamento de Michael Porter, a partir do confronto teórico crítico com as ideias de Aktouf (2004) e Santos (2010), rastreando como resultado implicações, limites e contradições de um modelo hegemônico.

Ensaíar teoricamente não se apresenta como uma tarefa das mais fáceis no meio acadêmico-científico, principalmente, porque, diferentemente de estudos empíricos, os autores não se amparam na descrição refletida de determinada realidade organizacional. Nesta proposta são considerados conteúdos científicos elaborados sobre um tema, tomados em conjunto, para discussões teóricas críticas. Há, portanto, o intuito de promover um debate construtivo que possa agregar novos conhecimentos à temática Desenvolvimento, na área de estudos organizacionais, ancorado no entendimento de que “o ensaio caracteriza-se pela sua natureza reflexiva e interpretativa” (MENEGHETTI, 2011, p. 322).

Nesse sentido, adotaram-se nesse ensaio teórico, pressupostos que reconhecem o elevado interesse de pesquisadores da área de Estudos Organizacionais pelo tema Desenvolvimento (GOULART, 2006), encorpado de forma suficiente a produzir um conceito teórico universal em construção, que permite uma contraposição teórica crítica (BOURDÉ; MARTIN, 1983; HOBBSAWM, 1998), muito embora ainda reconhecido um significado consistente, que possa por sua vez, definitivamente sustentar as práticas sociais advindas da realidade vivida por indivíduos em diferentes contextos (SACHS, 2010; ESTEVA, 2010), principalmente em função de condições alinhadas na busca da homogeneidade da sociedade.

Os núcleos centrais da discussão teórica crítica (BOURDÉ; MARTIN, 1983; HOBBSAWM, 1998) acerca da construção do conceito dominante de desenvolvimento, são traçados a partir de Michael Porter, discriminando-se pressupostos, conceitos, princípios e elementos caracterizadores de um discurso ideológico. Na sequência, tais postulados são discutidos de forma dialética crítica com o pensamento de Omar Aktouf e Milton Santos. Em Aktouf (2004) é identificado um arcabouço de críticas à proposta dominante, que destoa dos interesses de uma sociedade ampla e igualitária, atendendo apenas as expectativas de grupos corporativos, movidos pela acumulação progressiva de capital, na defesa de uma elite econômica dominante, com ampla proteção de Estados fortes constituídos. A partir de Santos (2010), são discutidos elementos que conduzem ao conceito de desenvolvimento igualitário, dominado por princípios sociais e ambientais, incorporado às expectativas de massas, propondo teoricamente assim, a possibilidade de rompimento aos pressupostos hegemônicos.

Finalmente, seguindo recomendações destacadas por Whetten (2003), este ensaio não carrega consigo a pretensão de estabelecer marco inicial acerca das discussões para o tema abordado. A proposta pretende sim, expor uma tentativa consistente de contribuir, despida de ingenuidade, passível de críticas e reformulações (BARROS, 2011), com a apresentação de questões centrais no que se refere às limitações e contradições recorrentes, quando da prevalescência de pensamento dominante na sociedade, bem como

não há neste conteúdo elementos que esgotem as discussões acerca dos pressupostos do conceito de Desenvolvimento, em contraponto às possibilidades de sua superação.

DESENVOLVIMENTO EM MICHAEL PORTER: DISCURSO DOMINANTE

Na obra “Vantagem Competitiva das Nações”, Porter tem como propósito explicar, subjacente ao papel dos Estados nacionais, a relação entre o ambiente próximo e o êxito das corporações de uma dada região político-geográfica circunscrita. Questiona os estudos que utilizam uma base explicativa determinada pelo excesso de especialização das disciplinas (como as engenharias e a economia, por exemplo), assim como considera que tal realidade não seria completamente captada por modelos matemáticos e provas estatísticas, devido à complexidade das variáveis envolvidas. Porter se propõe a explicar o desenvolvimento das corporações em dez economias mundiais a partir de cem estudos históricos. Seu método de pesquisa abrange a integração entre diversas variáveis. Com base em dados secundários e sob uma perspectiva histórica, tenta alcançar, sob uma relação de causalidade, as razões para o fenômeno do desenvolvimento, alcançado por corporações econômicas em dez economias que são consideradas êxitosas em suas estratégias (PORTER, 1989).

Porter (1989) conceitua o termo desenvolvimento como o alcance do sucesso de uma economia nacional dada, a partir da sua capacidade de aumentar o indicador de renda “per capita” nacional e desta forma promover o aumento do padrão de vida de seus cidadãos e melhora nos serviços oferecidos aos mesmos. Este desenvolvimento, segundo o autor, é alcançado exclusivamente a partir do aumento da produtividade dos agentes econômicos.

Nesta abordagem teórica, o bem estar social de uma nação está associado de forma lógica com o aumento do padrão de vida, pelo desempenho favorável das corporações, mas não considera necessariamente a redistribuição da riqueza. Contudo, tal paradigma, por envolver diretamente a presença do Estado nacional forte, no amparo das estratégias corporativas, se reveste de contornos verdadeiros, porque reifica uma compreensão econômica do fenômeno do desenvolvimento. As características expressas na figura de Estado Nacional, Regional ou Municipal (PORTER, 1989) em qualquer espaço geográfico, pressupõe uma condição inquestionável de desenvolvimento, a partir da qual o ator social envolvido passa a crer nas organizações econômicas como fonte instrumental desta consolidação do fenômeno.

A distinção da perspectiva tradicional de desenvolvimento proposta, segundo Porter, atribui ao conjunto de empresas, que compõem as corporações de maior êxito em uma economia, a missão principal de promover o incremento da produtividade e seus reflexos de crescimento na sociedade, circunscrita a um Estado Nacional. Neste sentido o papel dos governos é de suportar esta busca por maior produtividade, porém o teórico reforça que este papel não é determinante. O papel determinante na produtividade e, por conseguinte, na competitividade de um país, é das corporações, relegando o Estado a uma posição complementar (PORTER, 1989). O conceito de Desenvolvimento para Porter é um conceito estritamente econômico. No entanto, trata-se do desenvolvimento econômico das corporações do capital. O autor é explícito em afirmar que promover o desenvolvimento destas organizações é o que efetivamente promove as demais dimensões de uma sociedade, como se tal processo fosse algo automático. A relação é estritamente entre produtividade privada e prosperidade nacional.

A afirmação de Porter que a vantagem competitiva de uma nação, seja determinada pela produtividade de suas indústrias e indiretamente pelas estratégias adotadas pelo Estado para ampará-las são alinhadas paradoxalmente. Tal paradoxo reforça a afirmação de Milton Santos (2010) que refuta a afirmação de que o Estado diminui, visto que na verdade a dimensão cresce em importância, quando

se posiciona a serviço do Capital.

Os conceitos de desenvolvimento e produtividade passam então a ser orientados pela noção de competitividade nacional. A competitividade de uma nação constitui a capacidade de suas indústrias sobressaírem-se no mercado globalizado. Esta competitividade está associada à busca incessante por maiores níveis de produtividade. A medida que o conceito de globalização reforça a “desnacionalização” dos recursos naturais, financeiros, tecnológicos e humanos, a proposta da competitividade nesta dimensão torna-se ainda mais premente (PORTER, 1989).

As empresas competem com estratégias realmente globais, envolvendo vendas mundiais, buscando componentes e materiais por todo o mundo e localizando suas atividades em muitas nações, para aproveitar fatores de baixo custo. Formam alianças com empresas de outros países para ter acesso às suas vantagens. O capital flui internacionalmente para as nações de bom crédito, que não ficam limitadas aos fundos existentes localmente (PORTER, 1989, p. 15).

Paradoxalmente, o autor reconhece que a partir desta lógica, em que a empresa explora recursos de outro país, há um desenvolvimento da nação na qual esta a sua sede central, neste caso apenas daquela nação da qual a empresa exploradora é originária se mantém competitivas, em total detrimento daquela que fornece o recurso explorado. Porter (1989) afirma ainda que as práticas administrativas constituem idiossincrasias de cada cultura e determinam o desempenho das indústrias de cada nação, sem considerar aspectos culturais e socioeconômicos das nações exploradas. O autor apresenta um modelo de desenvolvimento competitivo das maiores economias nacionais, para explicar estágios situacionais das indústrias e sua relação com o desempenho econômico dos países analisados, lembrando que neles se situam as cem maiores empresas, que tem sede central nessas economias situadas em Estados fortes.

O modelo considera que há quatro estágios de desenvolvimento competitivo experimentados pelas economias analisadas. Estabelece que não necessariamente todos os países atravessam linearmente tais etapas, mas podem pular estágios. Os estágios são percorridos sob o “modelo diamante”. A empresa de uma economia nacional apresenta quatro dimensões: i) fatores (recursos); ii) estratégia, estrutura e rivalidade das empresas; iii) condições de demanda; e iv) indústrias correlatas e de apoio (PORTER, 1989). Em cada dos estágios há dimensões com características específicas:

- Estágio impulsionado por Fatores: nesta etapa o desenvolvimento da indústria é baseado essencialmente em recursos naturais disponíveis, em detrimento de fatores baseados na estratégia, condições de demanda ou indústrias correlatas. Os principais exemplos estão associados ao mercado de commodities específicas;
- Estágio impulsionado por investimentos: nesta etapa há intensa capacidade do Estado e das firmas de investir no incremento das condições competitivas. Empresas investem em instalações modernas e eficientes em grande escala e adquirem tecnologia de ponta. O Estado interfere no aperfeiçoamento da mão-de-obra e na infraestrutura. As vantagens competitivas refletem nos recursos, na estratégia das empresas, nas estruturas e contribuem na competição com rivais corporativos;
- Estágio impulsionado pela Inovação: nesta etapa é determinante o aperfeiçoamento e criação de novos produtos. Há demanda mais exigente, fortalecimento das indústrias correlatas e de apoio. O papel do governo se reduz, a vantagem depende mais das empresas. Indiretamente o governo pode estimular qualidade da demanda interna, estimulando à formação de novos negócios e preservação da rivalidade interna; e
- Impulsionada pela riqueza: etapa de declínio da vantagem competitiva uma vez que depende da aplicação de recursos do Estado para garantir a competitividade das empresas, atrelada à

▪ Aplicação de subsídios, estratégias de variação de câmbio para garantia de preços competitivos, por exemplo.

O conceito de Competitividade entre nações somente é possível para Porter, à medida que emerge o movimento de globalização, baseado na unicidade técnica e sincronicidade do tempo em uma dimensão global. Há neste caso, como indica Santos (2001), o que se denomina de “convergência de momentos”. Neste contexto a vantagem entre nações – a qual pode estar baseada em vantagens absolutas baseadas em recursos, ou relativas baseadas em fatores desenvolvidos – é transacionada pela entidade da corporação que atua em um mercado global, a partir de estímulos do Estado. Os resultados alcançados produzem efeitos automáticos da Sociedade. Para Santos (2001), esta lógica baseada na produtividade essencial da corporação é carregada de uma “lógica perversa” (SANTOS, 2002), que muito embora constitua verdade, por apresentar um fato real à sua existência, constitui uma lógica baseada na ideologia extensamente impregnada na sociedade atual, onde o espaço econômico suplanta completamente o espaço político e social.

LIMITES E CONTRADIÇÕES DO MODELO DOMINANTE

A partir de uma análise macroeconômica, mas também social e política (SCHUMPETER, 1982; AKTOUF, 2004; SANTOS, 2010), pode-se perceber que a sociedade na sua dimensão mundial tem atendido modelos de desenvolvimento adaptados de um padrão genérico, especialmente extraído de paradigmas consolidados na prática organizacional das grandes organizações econômicas. Especialmente no campo da estratégia, identifica-se que o modelo de desenvolvimento das nações, introduzido originariamente na economia clássica por Adam Smith e David Ricardo, entre outros, agora reificado pelo “guru mundial da estratégia”, Michael Porter (AKTOUF, 2004; MAGRETTA, 2011). Esta reconstrução atende o objetivo de retroalimentar a força e a voracidade dos núcleos de poder de Estados nacionais fortes, eminentemente econômicos, e sustentar com isso uma sociedade com base neoliberal e capitalista, desde também, sua origem na era moderna.

Michael Porter, não se transforma, nem por acaso, nem por iniciativa individual, nessa referência internacional para as grandes corporações econômicas. Segundo Aktouf (2004) sua história de formação na área da Administração e Economia é construída a partir de uma intensiva, compacta e urgente aplicação de “conhecimento” em seu currículo pessoal, que antes disso se limitava aos domínios da área de engenharia, sua formação básica. Em Harvard, onde daria continuidade em seus projetos de pesquisa no futuro, cursou entre 1971 e 1973 formação em *Business*, tornando-se PhD no final desse último ano. “É, como se vê, um puro produto de *fast-tracks* (vias ultrarrápidas de formação) à moda americana” (AKTOUF, 2004, p. 78).

Tal formação, ainda segundo Aktouf, pode identificar com clareza que o constructo de modelo referência de desenvolvimento, deva nos deixar preocupados a todos, no campo de estudo, por conta especialmente de duas questões originais, que (i) “não se ignora a quantidade de anos de trabalho duro necessários à compreensão de obras de “base” em economia, obras tão inescapáveis quanto complexas [...]” (AKTOUF, 2004, p. 78), assim como, (ii) uma formação, tal qual a de Porter, por Harvard parece ser orientada para a consolidação dessa universidade americana na relação íntima, como consultora, com grandes organizações econômicas ao redor do mundo. Essa aparição efusiva do “guru” acabou consolidando a univocidade predominante do “Management” (VIZEU, 2008), de caráter gerencialista e estruturalista, fortalecendo a ideologia do pensamento administrativo contemporâneo.

Antes porém, de entender o modelo porteriano, e contrapor suas premissas de forma teórica crítica a partir de Aktouf e Milton Santos, o mesmo Aktouf (2004) alinha alguns acontecimentos que justificam a predominância das organizações econômicas, produzidas historicamente muito antes do surgimento da globalização, mas que parece terem motivado tal modelo.

Tais organizações econômicas, segundo Aktouf (2004), vêm estabelecer uma relação com seus sujeitos, diferente daquela implícita pelo real sentido da palavra “econômica”. Consideremos então, que o conceito de economia é extraído do termo aristotélico, que fundiu os vocábulos gregos “oïkos” (casa) e “nomia” (norma), e aponta para a norma ampla e genérica de conduta que garante o bem estar em casa (*nota dos autores: este termo compreendido como comunidade*). Porém, na nova relação, proposta pelo paradigma econômico dominante, também com origem morfológica discursiva, do conhecimento aristotélico, há uma ação conhecida como “crematística” (ciência da produção de riqueza), que segundo o filósofo da Antiguidade, visa a acumulação de capital paulatina e infinita, movimentada pela produção de dinheiro, a partir do reinvestimento progressivo de capital, como se a matéria prima para produzir lucro, fosse o próprio capital investido para isso.

Para melhor explicar esta situação Aktouf (2004, p. 63), ainda recorrendo a Aristóteles, quando se refere ao “objetivo físico natural das coisas”, afirma que o ambiente crematístico, deturpa a real intenção da economia e causa uma transgressão grave na comunidade. Quando a ação é articulada para acumular capital, sob a investidura de mais capital, há um distanciamento do objetivo central do homem, em antes de qualquer coisa “ser homem”, na perspectiva do sujeito, com relações sociais baseadas em elementos psicológica, filosóficos, sociológicos e econômicos, mas nunca exclusivamente movido por este último.

Retomando então o objetivo físico natural, Aristóteles trata das virtudes dos objetos, a partir do exemplo de um par de sapatos, que tem como finalidade física proteger e manter confortáveis os pés, de maneira duradoura. Se contudo, um par de sapatos servir exclusivamente a alguém para produzir mais capital, então a sua produção deixa de ser econômica e passa a ser crematística. Araújo (1988), referindo-se a Marx, indica que o capitalismo tem essa determinação, quando transforma capital em mercadoria, com o único objetivo de aumentar tal capital, após sua entrega à demanda.

Aktouf (2004) afirma que tal inversão da relação humana com os recursos, capital, trabalho e natureza, suportados pela influência do Estado, vêm denegrir algo muito mais importante na sociedade, que é a função fundamental da política. A política entre os homens, reconhecidos como animais políticos, deve atender uma a promessa de “organizar e manter o estado de amizade entre os cidadãos” (AKTOUF, 2004, p. 58) e não estabelecer entre eles uma relação puramente de oferta e demanda. Esta política, ditada pelas sociedades tradicionais, desde Confúcio até os fins da Idade Média, descrita em Maquiavel (2001), é também fundamental na promoção de um Estado igualitário, de condições equânimes entre todos os cidadãos. A crematística, por atender somente os sujeitos que detém os meios de produção, suportados por capital, terra e trabalho, fratura e segrega o restante da fração social, distanciada da capacidade de investimento.

A crematística, nessa característica segregacionista, típica das corporações econômicas, pode ser então comprovada segundo Aktouf (2004), em episódios como demissões em massa, movimentações migratórias de capital virtual e pulverização de organizações não sintonizadas pelos determinantes econômicos.

As Organizações econômicas não estabelecem regras ampliadas de conduta moral ou ética para se movimentarem no sentido da maximização de seus lucros, produzindo capital exclusivamente a partir do uso originário do capital. O autor ilustra essa evidência narrando demissões da ordem de dois milhões de empregos, em um ambiente de negócios que mantém a ascensão de lucros. A GM americana, por exemplo, com lucros acumulados de 35 bilhões no decorrer dos últimos anos da década de 90, não se

furtou em demitir, no início do novo milênio, entre 260 e 300 mil operários de suas instalações montadoras, ao redor do mundo.

Outro mecanismo, tomado pelo efeito crematístico, que chama especial atenção, baseia-se na distribuição de renda injusta e desigual, promovida na sociedade capitalista e neoliberal. Enquanto existem políticas constantes de achatamento de salário dos trabalhadores, justificado no fato de que a população não pode receber bons salários, sob pena de desestimular lhes a capacidade produtiva, o acentuado e interminável lucro das organizações econômicas é festejado, porque refletem o desenvolvimento e a prosperidade do sistema econômico. Neste caso a acumulação se concentra nessas mesmas organizações econômicas e são suportados por políticas implementadas pelas nações em que estão instaladas.

Considerados os aspectos esclarecidos anteriormente, a crítica de autores como Aktouf (2004), Stiglitz (2002), Santos (2010), entre outros, acerca do modelo dominante de desenvolvimento das nações, especialmente instalado após o movimento da globalização, está orientada na análise detalhada da proposta de desenvolvimento lançada por Michael Porter (1990). Este modelo, propõe um posicionamento estratégico corporativo a partir das bases estruturais promovidas no âmbito de Estados Soberanos, no sentido possibilitar às organizações econômicas alcançarem o maior desempenho possível nos índices de produtividade, possibilitando assim a riqueza constante e contínua dessas nações. Tal modelo parece fortalecer significativamente algumas nações, especialmente àquelas com possibilidade de lançar mão da posse, sobre os recursos naturais de seu território, ou outros aos quais tais nações têm acesso. Contudo em contrapartida, a grande maioria das outras nações, com recursos naturais, riqueza e tecnologias escassas, fica relegada a um plano de subdesenvolvimento, tornando-se cada vez mais, reféns indefesos, destas primeiras nações hegemônicas, na visão de Santos (2010).

Neste contexto de desenvolvimento, denuncia Aktouf (2004), Michael Porter tornou-se, com sua proposta estratégica, voltada para a riqueza das nações no mundo globalizado, o principal porta voz na associação entre Universidades de negócios, grandes consultores da região de Boston, nos Estados Unidos, e as grandes organizações econômicas, que em última análise, acabam por comandar a sociedade, dada à gigantesca influência que tem sobre os governos e os Estados Nacionais ao redor do mundo. O modelo de Porter, descrito originariamente pela competitividade das organizações e das nações, a partir da consecução das “cinco forças”, já amplamente divulgadas em inúmeras publicações nos últimos trinta anos (AKTOUF, 2005), trata de consolidar um pensamento centrado na noção de estratégia, que busca a infinita vantagem competitiva, mas produz como efeito colateral a desigualdade entre organizações econômicas com capacidade de investimento distintas, e um reflexo perverso nas camadas sociais, que exclui preempertoriamente cidadãos que não participam de sua estrutura produtiva, produtiva, competitiva e crematística.

Aktouf (2004) aponta como principais disfunções no modelo porteriano:

- Para o cenário de competitividade e uso ilimitado de recursos, apontados por Porter, e para a expectativa de alcance de lucro cada vez maior, não se imaginam como possível que o planeta, que em breve alcançará uma população entre oito a dez bilhões de pessoas, possa suportar a manutenção dessa estratégia;
- A globalização, do contrário que se previa quando da implantação do Consenso de Washington, não veio estabelecer igualdade de oportunidades em um mercado livre, mas sim fortaleceram a predominância dos Estados Centrais, que segundo Santos (2010) reeditou o imperialismo e o colonialismo, sob as novas vestes do que se conhece por neoliberalismo;
- A igualdade pregada entre as nações transformou-se em associações desequilibradas entre economias ricas do hemisfério norte e outras dependentes do Sul. Veja o exemplo de indústrias de cobre

dos Estados Unidos em 1972 produziram lucros de quatro bilhões de dólares a partir de investimentos no Chile, da ordem de trinta milhões;

- O modelo neoliberal, que pretensamente defende os princípios liberais, aumenta a dominação, agora comandada efetivamente por grandes corporações mundiais, que implantam na esfera mundial uma espécie de “concorrência monopolística”;

- A vantagem competitiva entre as nações não se estabelece devido as enormes diferenças tecnológicas, políticas, ambientais e econômicas, sendo que os Estados menores obrigatoriamente necessitam ser anexados no contexto dos negócios a outros maiores;

- O modelo porteriano alude a irreversível ocorrência de agrupamentos entre países, seguindo a tendência do cumprimento da vantagem comparativa entre nações, antes defendida por Ricardo, que provocaria movimentos de cooperação, contudo o clima de intensiva competitividade e a prática de ideologias próprias acaba aumentando a diferenciação;

- As diferenças de propostas filosóficas de condução política prejudicam a consolidação de um modelo de desenvolvimento entre nações. Enquanto o modelo porteriano é notadamente neoliberal, outras nações têm condução política do Estado diferente, como no exemplo dos países europeus, notadamente “sociais democratas”;

- O termo vantagem, ao invés de estabelecer o caráter de posição estratégica acirra a concorrência, implicando em destacar a força potencial de uns países em relação aos outros, e consolidando os primeiros, especialmente pela força de suas organizações econômicas;

- Os indicadores preferidos de Michael Porter, como o PIB e o PNB, não estabelecem uma medida razoável em Estados com desigualdade de condições de emprego e renda. Destacando os ricos com relação aos pobres, sendo dos primeiros a condição de dominação e dos outros a submissão a tal dominação; e

- Necessariamente, a relação de competição e de vantagem, pregada por Porter, estabeleceu de forma geral uma relação de ganha-perde entre os envolvidos no processo, consolidando uma perda líquida global em detrimento de um ganho particular, que cada vez mais fortalece as organizações econômicas.

Tais disfunções evidenciam que o modelo porteriano torna as organizações econômicas, não as mais competitivas, mas as únicas (MAGRETTA, 2011) com condições de desenvolvimento real, em detrimento de todo o composto da sociedade. O modelo também estabelece uma relação de desenvolvimento em esferas individuais, excluindo a possibilidade de crescimento dos Estados de forma coletivista, justa e igualitária, provocando um desequilíbrio que tende para a polarização da distribuição da renda e ao irreversível caráter de empobrecimento das nações e não o contrário como na última década do milênio passado, pretendiam os desenvolvimentistas de plantão.

POSSIBILIDADES AO ROMPIMENTO IDEOLÓGICO

Considerando o atual estágio de desenvolvimento da sociedade, onde os interesses individuais tendem a se sobressair em relação aos interesses coletivos, observa-se nos últimos anos a manifestação de ações isoladas de grupos marginalizados na sociedade, que conquistam cada vez mais representatividade em relação aos atores públicos e privados dominantes, de forma que os interesses do grupo sejam atingidos, garantindo assim a inserção ou reintegração dos sujeitos aos contextos sociais, econômicos e políticos.

Guimarães (2002, p. 15) destaca que o progresso e o desenvolvimento no mundo tem sido observado e representado, por pesquisadores e profissionais interessados, “como resultado de um processo

benéfico de crescente globalização, interdependência e progresso econômico, de que participam e se beneficiam, material e espiritualmente, cada vez mais e de forma mais democrática, todos os indivíduos em todos os países”.

Contudo, observa-se que o desenvolvimento econômico, social e político, embora seja cada vez mais difundido globalmente, não atinge todas as populações do mundo de forma igualitária, estando à disposição de uma pequena parcela da sociedade (SANTOS, 2010), dita economicamente ativa, que de forma direta e com elevado poder de articulação, está atrelada aos interesses dos atores sociais dominantes (grupos empresariais ou grandes empresários; Estados nacionais fortes e indivíduos mais ricos). Em tais atores se identifica integração no que diz respeito à produção e o consumo de bens e serviços, com uma perspectiva de acumulação de capital, centrada no mercado e guiada pela eficiência corporativa. Ramos (1989, p. 12) afirma, ao analisar os pilares econômicos condutores da sociedade e sua relação intrínseca com os postulados do mercado, que "mais de duzentos anos depois de seu aparecimento, está mostrando agora as suas limitações e a sua influência desfiguradora da vida humana como um todo".

Crescimento e desenvolvimento são fatores que não são percebidos uniformemente nem em países tidos de primeiro mundo, quanto mais em países subdesenvolvidos, manifestando-se essencialmente em pontos ou regiões específicos, circunscritos pelo interesse do capital, implicando assim no reforço dos limites determinantes da distinção entre centro e periferia. Essa polarização entre centro econômico, que surge em função da disponibilidade de recursos e da concentração de riquezas, e periferia, desprovido de qualquer capacidade, implica no fortalecimento de exclusões sociais, tendo em vista que para sua manutenção, o centro tende a drenar recursos das periferias, sem promover contudo, na mesma proporção, sua irrigação retroativa, tendo assim extirpadas quaisquer possibilidades de melhoria da qualidade de vida dos atores sociais nelas inseridos (ANDRADE, 1974).

Na configuração atual, o mundo estabelece um cenário claro, com representação em “tempo real”, tendo em vista que o volume de informações disponíveis é transmitido instantaneamente, em um fluxo contínuo, sob o qual os limites geográficos de uma Nação ou Estado não possuem qualquer nível de influência. Essa característica do fluxo informacional permite que os detentores de capital, com acesso quase irrestrito às informações e proprietários dos principais provedores, consigam obter níveis elevados de eficácia e produtividade, garantindo assim maior rentabilidade de suas práticas (SANTOS; SILVEIRA, 2010a). Predomina assim maior controle do espaço e do tempo, aplicado ao processo produtivo, tendo em vista o domínio efetivo sobre o fluxo informacional, e de inovações que construíram ao longo da história, a relação de dependência entre os dominadores e os dominados.

Observa-se que “nos países subdesenvolvidos, entretanto, só recentemente as inovações se tornaram amplamente difundidas, tendo previamente estado confinadas a alguns poucos pontos muito nitidamente delimitados” (SANTOS, 2007, p. 41). Desse modo, destaca-se que “incapazes de acompanhar o passo do processo de modernização, material e organizacional, certas pessoas e regiões são excluídas das benesses da modernização, sem, todavia deixarem de ser resultado dela” (SILVEIRA, 2005).

Marx dedicando-se aos emoldurados ideológicos da sociedade enfatizou que a representação de interesses particulares como sendo universais, constitui-se em uma faceta da ideologia, a qual pode ser entendida como “a necessidade que uma classe/grupo dominante tem em legitimar seus atos perante a sociedade ou seu grupo de referência” (SEIFERT; VIZEU, 2011, p. 4), adotando-se a prática de discursos coletivistas, preocupados com as diferentes camadas da sociedade, mas que efetivamente estão fundamentados em princípios individualistas guiados por uma lógica racional instrumental. “Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais” (SANTOS, 2007, p. 13).

A economia rendeu-se aos ditames circunscritos do planejamento desenvolvimentista, assumindo papel ideológico determinante no processo de condução da lógica de mercado, pleiteando a persuasão de Nações, Estados e sociedades em torno dos vulgos ganhos proporcionados pelo chamado desenvolvimento (SANTOS, 2007), implicando na “venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações” (SANTOS, 2007, p. 15).

Ambos combinados criam uma atmosfera propícia à consolidação dos atores internacionais, detentores do capital, único e principal responsável pelo enfraquecimento das arestas da sociedade, conduzindo assim a uma imposição política de cima para baixo, que considera iguais as diferentes camadas da sociedade, desprezando suas singularidades, abrindo caminho para a dependência e a dominação (SANTOS, 2007). “A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 2008, p. 170).

Tendo em vista seus princípios norteadores, o planejamento político, atrelado ao capital das grandes corporações, promove, única e exclusivamente, o fortalecimento da dependência entre diferentes nichos de atores sociais, chamados por Milton Santos de “circuito inferior” e “circuito superior” cuja relação de dependência implica na supremacia deste último, implicando em ações e práticas que conduzem a “uma maior subordinação tecnológica, funcional e financeira” (SANTOS, 2007, p. 31). “Os atores desse enredo atribuído ao ‘mundo’ são na realidade as corporações que dispõem de força suficiente para induzir os Estados a adotarem comportamento que respondam aos seus interesses privatistas [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2010a, p. 256).

Esses elementos traduzem-se em um espantoso emaranhado de contrastes em todo o mundo. Determinando que enquanto alguns poucos países vivenciem a prosperidade, outra grande parcela da população mundial subsista a níveis de renda inferiores ao padrão normal, dentre outras situações diárias, sociais e ambientais, que implicam na não prosperidade e na exclusão desses indivíduos, de um contexto social dominado pela lógica da disponibilidade financeira e do consumo exacerbado, do qual estão impossibilitados de compartilhar no dia-a-dia e que se constituem na mola propulsora do modelo de desenvolvimento dominante. Assim, as regiões ou contextos periféricos, tendem a apresentar um padrão de vida inferior ao dos grandes centros econômicos (BHAGWATI, 1975; SANTOS, 2010). Essa distinção traduz-se na promoção dos conceitos de desenvolvidos e subdesenvolvidos, aplicados essencialmente na categorização de países, buscando distingui-los em termos de representatividade mundial e potencial econômico.

A situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 33).

Em decorrência da postura política atual dos governantes, “as regiões mais pobres são alvo da implantação de grandes empreendimentos cujos lucros tornam-se remessas para o estrangeiro ou para as classes hegemônicas nacionais, de modo que seu poder devastador sobre as formas de trabalho locais não é compensado por uma reativação da economia regional” (SILVEIRA, 2005, p. 165).

Concomitantemente, a lógica que guia as organizações e seus gestores está centrada na busca incessante pelo crescimento, e esse pensamento sempre existiu na história das organizações, tornando-se base para o desenvolvimento do mercado e das sociedades. Para que fosse possível atingir esse crescimento as práticas adotadas por gestores não demonstravam qualquer tipo de preocupação com

questões sociais, econômicas ou ambientais, tendo em vista que havia a crença de que esses impactos eram necessários, pois o crescimento geraria uma série de benefícios que suplantariam os resultados negativos advindos do mesmo (SCHUMACHER, 1983).

Observa-se assim um contingente de países, estados, cidades, municípios e localidades que estão alheios e excluídos, por imposição dos mais fortes financeiramente, do cotidiano do mercado, formando assim aquilo que autores como Guimarães (2002) e Santos (2003; 2010) definem como periferias, as quais na visão de Guimarães (2002, p. 15) “resultam de um processo histórico e que se organizam em torno de estruturas hegemônicas de poder”, ou seja atores centrais, amplamente difundidos.

Na realidade, a criação, o progresso ou a decadência das regiões dos países subdesenvolvidos se explica antes de tudo pelo fato de que há muitos séculos elas têm respondido a demandas específicas dos pólos do sistema. Trata-se de um fenômeno cumulativo e seletivo. Como o modelo de crescimento adotado na quase totalidade do Terceiro Mundo é uma reprodução daquele dos países desenvolvidos, as modificações das estruturais locais, ao mesmo tempo que são função do centro nacional, são também induzidas pelas condições da economia mundial e por suas repercussões específicas em cada país (SANTOS, 2007, p. 78-79).

Para Santos (2010) as transformações da globalização constituem períodos históricos da sociedade, condicionados a momentos de crise que normalmente estavam atrelados às nações centrais do mundo, ou seja, as mudanças, que aqui se incluem também as de cunho político, sempre foram instituídas pelos mais ricos, criando assim uma atmosfera propícia ao atendimento de seus interesses particulares, em detrimento dos fatores condicionantes da vida de uma parcela maior da população, maior em número de pessoas, mas efetivamente menor em termos de poder financeiro e econômico, sendo responsável pela manifestação de “enormes disparidades de renda e de propriedade, de riqueza e de pobreza, de cultura e de barbárie” (GUIMARÃES, 2002, p. 18), caracterizados como a “materialização de mecanismos de exclusão/segregação” (PAVIANI, 2002, p. 182).

A acentuação de desigualdades nos espaços periféricos, atribuídas às estruturas hegemônicas de poder, se fortalece em virtude da apreensão e controle de informações, tida como elemento central na relação centro-periferia, por aqueles atores sociais dominantes, tendo em vista seus interesses escusos alheios aos anseios da coletividade. Desse modo, o domínio de informação por um grupo reduzido de pessoas ou corporações determina que “a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle” (SANTOS, 2010, p. 39).

Esse mundo globalizado produz uma racionalidade determinante, mas que vai, pouco a pouco, deixando de ser dominante. É uma racionalidade que comanda os grandes negócios cada vez mais abrangentes e mais concentrados em poucas mãos. Esses grandes negócios são de interesse direto de um número cada vez menor de pessoas e empresas. Como a maior parte da humanidade é direta ou indiretamente do interesse deles, pouco a pouco essa realidade é desvendada pelas pessoas e pelos países mais pobres (SANTOS, 2010, p. 151).

Porém, ainda que se manifeste um crescente distanciamento entre centro-periferia, colaborando para a elevação de desigualdades, observa-se que os diferentes atores sociais (individuais ou coletivos), imersos em espaços periféricos, apresentam elevado poder de articulação, responsável pela identificação de arestas em um espaço dominado por grandes grupos, guiados pela lógica capitalista, possibilitando assim aos excluídos, além do resgate da identidade de sujeito, a inclusão social, econômica e política, mesmo que em pequenas proporções.

Santos (2010) destaca que para a retomada de seu espaço na sociedade, reduzindo assim as barreiras entre centro e periferia, faz-se necessário que a esta, permeada por “atores ativos do drama”, dotados de certo nível de consciência e imbuídos no sentido de ampliar o raio de ação de suas vozes, promovam mudanças de fato, constituídas por uma ideologia política arraigada nos princípios sociais, éticos e morais, distinta da política institucional, conduzida pela tirania do dinheiro e da informação, inicialmente apresentada como a solução dos problemas mundiais, mas que na verdade promoveu e promove, de modo substancial, o agravamento das fragilidades nas nações taxadas de subdesenvolvidas ou menos desenvolvidas e até mesmo nas que apresentam características crescentes de desenvolvimento.

Schumacher (1983, p. 67) estabelece que "quando se trata de agir, evidentemente precisamos de pequenas unidades, porque a ação é assunto altamente pessoal e não se pode estar em contato com mais do que um número bem limitado de pessoas em qualquer dado momento". O processo de retomada da ação dos socialmente excluídos, perpassa assim pela valorização de práticas minoritárias localmente inseridas, dominadas por valores sociais coletivos, enveredados por um movimento de baixo para cima, responsável pela retomada do ser humano como foco das demandas sociais, econômicas e políticas.

Considerando a discrepância entre o poder econômico e político dos grandes grupos e dos alijados socialmente, Dantas Sobrinho (1982) e Cardoso (1982) apregoam a necessidade de intervenção governamental, direcionando ações de políticas públicas ao apoio destes, na figura dos empreendimentos de pequeno porte, de forma que possa articular a ampliação de incentivos fiscais, redução de impostos, bem como a proteção de mercados, inibindo assim a competição devastadora com as corporações dominantes. Lógica esta que de acordo com Santos (2010) desafia os ditames políticos atuais, tendo em vista que o fazer política atualmente está fortemente condicionado às forças do capital, servindo aos interesses e postulados das grandes organizações (RATTNER, 1984), que utilizam o poder financeiro para direcionar as práticas de mercado, condizentes com seus interesses e propósitos.

Para Santos (2010, p. 134) “os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade”. Contudo, mesmo que com certo nível de consciência seja interessado à reversão de sua situação, individual e coletivamente, o sujeito convive com um paradoxo, agindo em limites pré-definidos que caminham entre obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro (SANTOS, 2010).

Apesar de ser vista, amiúde, como resultado indesejado do processo modernizador, a pobreza é, tantas vezes, considerada inelutável. Mas ela o é apenas quando estamos diante de uma ação política que, explícita ou sub-repticiamente, valoriza a velocidade, a fluidez e a competitividade do trabalho. Ao contrário, a construção de um projeto coletivo de sociedade aconselharia reconhecer a pobreza menos como um resultado indesejado e mais como uma dívida social resultante de um processo produtor de formas de exclusão (SILVEIRA, 2005, p. 142).

Nos países subdesenvolvidos, cujo conjunto é responsável pela formação do Terceiro Mundo, observam-se práticas governamentais, atreladas ao discurso de desenvolvimento, que se preocupam efetivamente em possibilitar às grandes corporações, nacionais ou estrangeiras, condições para exploração tanto de mão-de-obra, quanto de recursos naturais, com o intuito de alçar novos ganhos financeiros, bem como elevar o valor de seus ativos, sendo altamente restritos e limitados os retornos, em forma de políticas sociais, ao contingente de atores sociais menos favorecidos, dependentes de políticas públicas assistencialistas para manutenção das condições mínimas de sobrevivência. Rendendo-se a esta lógica, “o Estado se empobrece e perde sua capacidade para criar serviços sociais ou para ajudar na criação de atividades descentralizadas ou descentralizadoras” (SANTOS, 2008, p. 46-47) capazes de

atender a uma proposta desenvolvimentista que, além de levar em consideração as especificidades étnicas e culturais da sociedade, seria direcionada a atender o todo coletivo em detrimento de grupos dominantes.

Contrariamente, optando-se pela manutenção da lógica dominante, construída nas bases do capitalismo e altamente dependente do valor financeiro (racionalidade instrumental) para que as coisas aconteçam, além de impor normas mundiais aos territórios nacionais, deixando assim em segundo plano o indivíduo, com seus valores e princípios (racionalidade substantiva), que passa a ser visto como uma peça do sistema, que busca a qualquer preço atingir resultados atrelados à produtividade e eficiência, caminhará para uma situação em que o Estado vê seu poder de decisão reduzir-se continuamente, implicando na disfunção de seu próprio papel de Estado, em virtude de ter que conceder cada vez mais recursos para responder a uma modernização cumulativa, tornando-se cada vez menos independente (SANTOS, 2008a; SANTOS; SILVEIRA, 2010a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com este ensaio teórico, analisar o desenvolvimento, enquanto sistema dominante, em que o pensamento de Michael Porter foi confrontado com as ideias de Aktouf (2004) e Santos (2010), rastreando implicações, limites e contradições de um modelo hegemônico.

Na discussão de um modelo atrelado a uma área de conhecimento, a ação que resulta do trabalho de Michael Porter, no campo da Administração e Economia, apresenta significativa amplitude quando percebemos como a sociedade, a mídia, a indústria e a própria academia justificam seus atos com base no discurso da produtividade e da competitividade. Como afirma Santos (2001), quando o modelo é apresentado como discurso e justifica a própria ação, se torna reconhecido como verdade e, portanto, muito mais difícil de ser questionado.

A mudança social, enquanto redirecionamento do modelo porteriano, que não defende apenas uma teoria, mas de fato um modelo que está impregnado na sociedade atual, depende da construção de novos pressupostos de valores que orientem, sobretudo, as diretrizes públicas, no sentido de estarem atreladas aos anseios e interesses da coletividade, levando, para tanto, em consideração as características específicas do grupo ao qual se destinam.

Tais considerações tornam premente a necessidade de que, se de fato, existe uma nova preocupação, capaz de redirecionar o conceito de desenvolvimento, como está apregoada em ações sociais e ambientais, tanto em empresas, quanto em arestas da sociedade, não pode estar atrelada às premissas do modelo de competitividade dominante. Se assim o for, a Sociedade, enquanto entidade consciente, deve rejeitar as iniciativas baseadas nesta proposta, sob o risco de permitir a reprodução de um discurso ideológico que preza, pura e simplesmente, pelos interesses do capital, que em sua totalidade representa um pequeno grupo de indivíduos ou corporações. Portanto, conduzir discursos ditos “sustentáveis” não se coaduna com outro baseado em “vantagem competitiva”, porque esta perspectiva, intrinsecamente tem como princípio uma prática voltada para a exploração de recursos destinados a um ente explorador sem considerar o todo, normalmente despidendo-se da ação justa para o bem comum.

O modelo de desenvolvimento atual, com seu alto poder de segregação das massas, no qual o Estado coloca os investimentos públicos a disposição do financiamento privado, contribuindo “para criar atrofias ou distorções no crescimento industrial e no crescimento econômico do país” (SANTOS, 2008a, p. 167), mantém-se dominante em função de maquiagem no presente os malefícios sociais e econômicos que poderão afligir as sociedades no futuro, tendo em vista que “a generosidade oficial para com os monopólios e as corporações ocorre em detrimento da população, particularmente das camadas mais desfavorecidas” (SANTOS, 2008a, p. 161).

Contudo, conforme salienta Milton Santos, “desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados” (SANTOS, 2007, p. 33-34). “O fato de as coisas não estarem indo tão bem quanto deveriam só pode ser por causa da perversidade humana. Cumpre-nos, portanto, construir um sistema político tão perfeito que a maldade humana desapareça e todos se comportem bem, não importa quanto de maldade possa haver neles” (SCHUMACHER, 1977, p. 11).

Desse modo, observa-se que, provavelmente, a construção de uma nova proposta, não seja possível a partir do núcleo das estruturas que determinam a essência do modelo Porteriano, as empresas guiadas pela lógica capitalista; mas da sociedade que sustenta estas estruturas. Da sociedade formada por indivíduos cada vez mais conscientes da falibilidade das ações econômicas enquanto promotoras do bem estar e do bem comum.

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica**. São Paulo: Atlas, 2004.
- AKTOUF, O. The false expectations of Michael Porter's strategic management framework. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 6, n. 11, p. 75-94, Jan./Jun, 2005.
- ANDRADE, M. C. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- ARAÚJO, C. R. V. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1988.
- BARROS, K. S. M. Réplica 1 – O que é um ensaio?. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 333-337, Mar./Abr, 2011.
- BHAGWATI, J. **A economia em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983.
- CARDOSO, F. H.; FOLETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CARDOSO, J. E. S. Pequenas e médias empresas: um modelo opcional para países em desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 46-57, Out./Dez, 1982.
- CARNEIRO, J. M. T.; CAVALVANTI, M. A. F. D.; SILVA, J. F. da. Porter revisitado: análise crítica da tipologia estratégica do mestre. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 1, n. 3, p. 7-30, Set./Dez, 1997.
- DANTAS SOBRINHO, A. Distribuição de renda, reorganização industrial e o papel das pequenas empresas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 9-16, Out./Dez, 1982.
- ESTEVA, G. Development. In: W. SACHS (Ed.). **The development dictionary: a guide to the knowledge and power** (pp. 1-23). New York: Zed Books, 2010.
- GOULART, S. Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE**, v. IV, n. 3, p. 1-15, Out., 2006.
- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

- HOBSBAWM, E. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. São Paulo: Zahar, 1981.
- MAGRETTA, J. **Entendendo Michael Porter**: o guia essencial da estratégia competitiva. São Paulo: HSM Editora, 2011.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, Mar./Abr, 2011.
- PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: Santos, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- POLITZER, G. **Princípios elementares de filosofia**. São Paulo: Moraes, 1986.
- PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGVSP, 1989.
- RATTNER, H. Acumulação de capital, internacionalização da economia e as pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 97-106, Out./Dez, 1984.
- SACHS, W. **The development dictionary**: a guide to knowledge and power. New York: Zed Books, 2010.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008a.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2010a.
- SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. A ideologia do crescimento organizacional: um olhar histórico. In: ENCONTRO DA ANPAD (Enanpad), 35. **Anais...** 2011, Rio de Janeiro.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVEIRA, M. L. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil?. In: ALBUQUERQUE, E. S. **Que país é esse?** pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005.

STIGLITZ, J. E. **Globalization and its discontents**. New York: W. W. Norton & Company, 2002.

VIZEU, F. **Management no Brasil em perspectiva histórica:** o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940. 2008. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Programa de Pós-graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas – FGV. São Paulo.

WHETTEN, D. A. O que constitui uma contribuição teórica?. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 69-73, Jul./Set, 2003.

